

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Recurso

re -

## LANÇAMENTO DE PRODUTO COPIADO — FALTA DE AUTORIZAÇÃO DO REQUERENTE E REGISTRO NO INPI

**EMENTA**

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ... VARA CÍVEL DA COMARCA DE ... ..., (nacionalidade), (profissão), (estado civil), portador da Carteira de Identidade RG nº ..., inscrito no CPF/MF sob o nº ..., residente e domiciliado na rua ..., nº ..., bairro ..., cidade ..., no Estado de ... CEP ..., por seu procurador infra-assinado, mandato anexo, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro nos art. 287 do Código de Processo Civil c.c com art. 5º, XXIII da Constituição Federal de 1988, promover a presente AÇÃO DE CONTRAFAÇÃO ..., (nacionalidade), (profissão), (estado civil), portador da Carteira de Identidade RG nº ..., inscrito no CPF/MF sob o nº ..., residente e domiciliado na rua ..., nº ..., bairro ..., cidade ..., no Estado de ... CEP ..., e que deverá seguir o rito ordinário, pelas razões de fato e de direito que passa a expor: I - DOS FATOS O requerente tem a patente nº ..., expedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial, em .././..., conforme documento em anexo (doc. ...). Ocorre que o requerido lançou no mercado produto copiado do seu, sem estar devidamente habilitado como pessoa jurídica, comerciante e mais grave, sem qualquer autorização do requerente e sem registro no INPI. Registre-se, Excelência, que o requerente junta uma nota fiscal do produto adquirido junto ao requerido, mencionando todas as características do produto de cuja patente o requerente é titular. Tal comportamento configura contrafação e por tal motivo, o requerente notificou o requerido para que se abstinhasse de quaisquer atos relativos à fabricação e comercialização do produto exclusivo do requerente. II - DO DIREITO A legislação assegura ao requerente a invenção do produto, assim como a Carta Magna do país, e em especial a Lei 9.279/96 regula todos os direitos e obrigações quanto à propriedade industrial. A mencionada lei dá proteção ao proprietário industrial, autoriza o titular do direito a impedir que terceiro, sem seu consentimento, venha produzir, usar, colocar à venda ou importar produto objeto de patente assegurando o direito à indenização. Ressalta-se que as vendas ilegais do mesmo produto pelo requerido vêm causando sérios prejuízos ao requerente, que vem tendo seu faturamento diminuído consideravelmente. III - DO PEDIDO Diante do acima exposto, requer a citação do requerido no endereço declinado no preâmbulo desta exordial, para que conteste a ação no prazo legal, com a advertência de que não o fazendo ser-lhe-ão aplicados os efeitos da confissão e revelia quanto à matéria de fato. Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidas, especialmente pelo depoimento pessoal do requerido, oitiva de testemunhas, juntada de documentos, expedição de ofícios e precatórias, perícias e demais provas pertinentes. Requer ao final que a presente seja julgada PROCEDENTE, condenando-se o requerido para que se abstenha de produzir o produto sob pena de pagar multa diária a ser arbitrada por Vossa Excelência. Requer a condenação no pagamento de indenização nos moldes dos artigos da Lei 9.279/96 desde a data da notificação extrajudicial, bem como nas despesas processuais e verba honorária. Dá-se à presente o valor de R\$....,... (valor por extenso). Termos que Pede deferimento. ..., ... de ... de ... .. N. da R.: 1. Este modelo de petição deve ser adequado ao caso. 2. Legislação citada sujeita a alterações. Ver o menu Legislação na tela principal.